

De que Educação Ambiental estamos falando

Elza Neffa

Definida como uma práxis política, reflexiva sobre a vida e a natureza, formativa e transformadora da realidade social, a educação ambiental é referida no NUREDAM como espaço de diálogo, de interação e de participação, notadamente quando os sujeitos são envolvidos em processos geradores de trabalho e renda. A pressuposição de que a transformação da relação ser humano/natureza vincula-se às relações sociais e às dinâmicas sócio-ambientais fundamenta os processos que possibilitam a criação de alternativas de enfrentamento às formas de dominação e de alienação capitalistas e abre caminhos para novas práticas produtivas que resultem na emancipação humana¹ e na inclusão social.

O entendimento da Educação Ambiental apenas como instrumento de mudança comportamental e cultural e não como instrumento de transformação social separa-a das práticas sociais e, por conseguinte, das questões do trabalho que, no modo de produção capitalista, inserem-se no processo de produção material que é cada vez menos guiado pelas necessidades de (sobre)vivência do ser humano, sendo determinado pelo processo de acumulação do capital, segundo valores, códigos e representações daqueles que o detém. A busca da valorização do lucro acentua as representações que separam o ser humano da natureza, numa visão reducionista que pressupõe as forças naturais como um fator externo ao processo histórico.

Por relacionar-se à questão da perpetuação da espécie humana no planeta, a Educação Ambiental aponta a necessidade de transformações que vão desde as atitudes cotidianas até os modelos de gestão dos macro-espacos, requerendo uma percepção da interdependência e da interligação de todos os fenômenos físicos e antropossociais e um envolvimento responsável dos seres humanos com a construção de sociedades sustentáveis. Esse entendimento demanda uma percepção da complexidade das dimensões sócio-culturais, políticas, econômicas e ambientais em interação, que constituem a sociedade da qual emergem saberes e práticas e requer, também, entender o ser humano como criador de si mesmo e do mundo, em um devenir que constrói a sua humanização. Concebido como uma série de relações ativas, processuais, o ser humano reflete em sua individualidade diversos elementos e influências, colocando-se em relação com os outros homens organicamente, por fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos, e com a natureza, não simplesmente por ele mesmo ser natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. Daí Gramsci dizer, a partir do pensamento marxista, que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações de que o

¹ Sobre o conceito de emancipação humana ver Santos (2000), Adorno (2000), Castoriadis (1997) e Mészáros (2004).

indivíduo faz parte (1978). Tal afirmação contribui para a reflexão sobre a relação que se estabelece entre as demandas dos sujeitos históricos de uma determinada comunidade, os valores que norteiam os objetivos a serem alcançados e as estratégias de ação implementadas para concretizar os resultados que correspondem aos anseios e às necessidades daqueles que são o ponto de partida e o ponto de chegada do processo contínuo da aprendizagem.

O entendimento da educação ambiental como práxis social insere-a no processo permanente de aprendizagem e de desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva dos sujeitos facultando-lhes a compreensão dos sistemas socioambientais complexos e a criação de estratégias educativas que fomentem a produção de múltiplos saberes, a superação da hierarquia entre conhecimentos científico-tecnológicos modernos e saberes e práticas tradicionais, a produção de novos sentidos civilizatórios e de atitudes críticas, solidárias e autônomas, que subsidiem a participação social, o exercício da cidadania e a refuncionalização dos processos econômicos e tecnológicos, ajustando-os aos objetivos do equilíbrio ambiental, da justiça social e da diversidade cultural.

Paulo Freire (1987) afirma que a formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com a vida pela qual ele é responsável. Para ele, há formação de prática mediadora na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos quando, ao desenvolver metodologias baseadas em palavras geradoras, busca-se conectar o processo de conhecimento do mundo à vida dos educandos, para torná-los leitores críticos do seu mundo e ativos no processo de transformação.

A prática educativa da Educação Ambiental, inspirada nessas idéias, propõe a compreensão da relação ser humano/natureza, incluindo um trabalho de ampliação de consciência a partir da mudança da mentalidade, valores e atitudes, da problematização das questões sócio-ambientais e da intervenção sobre elas, com vistas a contribuir para a formação do sujeito ecológico (Carvalho, 2004: 156-7) responsável por uma ação cidadã comprometida com a sustentabilidade e com a justiça social. Essa dinâmica instaura-se integrando o método dialético em sua lógica de interpretar e atuar no mundo para transformá-lo (Marx e Engels, 1984). Segundo essa metodologia histórica, as idéias e os pensamentos refletem as condições materiais da existência humana sendo, portanto, imprescindível compreender as condições concretas de vida dos seres humanos, datados e situados historicamente, para que possam ser pensadas e implementadas ações pedagógicas² que resultem em cidadania e emancipação.

² Na visão gramsciana, a relação pedagógica é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, que não se limita às relações especificamente vinculadas à educação formal e à reprodução de conhecimentos, valores e experiências, necessárias à formação de indivíduos culturalmente superiores, mas como uma relação de hegemonia “que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 1978: 37)

O papel do educador ambiental é crucial no processo de transformação social quando este educador tem consciência de sua responsabilidade social, é capaz de problematizar a realidade e de assumir a função mediadora da educação o que, na visão de Gramsci (1979), representa a formação de intelectuais orgânicos - indivíduos preparados para assumir o papel de mediadores entre os interesses dos grupos sociais onde atuam e os dos gestores de políticas públicas. No nosso entender, o exercício dessa função demanda que esses indivíduos sejam dotados de capacidade de diagnóstico, de iniciativa na tomada de decisões para resolução de problemas, de convivência cooperativa para o desenvolvimento de trabalho em equipe, de auto-organização e de enfrentamento de situações incertas, indeterminadas e complexas que ajudem no estabelecimento de relações de poder mais compartilhadas. Tais competências possibilitam que as ações de mobilização das comunidades, de disseminação de informações e de ampliação da consciência ecológica contribuam para a construção do senso comum emancipatório das populações envolvidas no projeto (Santos, 2000).

Dessa capacidade transformadora surge a Educação Ambiental para a sustentabilidade da vida e emancipação dos seres humanos, postulando a formação de grupos sociais localizados geopoliticamente para que se organizem e participem dos processos decisórios relativos à problemática socioambiental que os afeta diretamente. Para tanto, o diálogo e a convivência com lógicas contraditórias que se inter-definem e complementam-se, a tolerância com diferentes percepções humanas, o fortalecimento dos sujeitos sociais para uma inserção política consciente, a criação de espaços coletivos para atuação integrada, o exercício da participação na construção da cidadania e a adoção da ética de solidariedade são algumas das estratégias que permitem a compreensão do mundo em sua complexidade, da vida em sua totalidade, e o rompimento com os padrões civilizatórios que reforçam as formas de domínio e de usurpação inerentes ao capitalismo que não privilegiam o desenvolvimento humano e o cuidado com o planeta em que vivemos.

A Educação Ambiental para a sustentabilidade da vida pretende servir a um projeto socioambiental que, em sintonia com os ideais de construção de uma sociedade ecologicamente prudente, socialmente justa, culturalmente plural, politicamente atuante e economicamente igualitária, contribua para a emancipação humana e para a transformação da relação do ser humano com a natureza que, vinculada às relações sociais e às dinâmicas sócio-ambientais, permita a superação da desigualdade de classes, das relações de dominação e da exclusão social, dentre outros aspectos que demandam capacidade crítico-reflexiva e práxis consciente voltada para o futuro do planeta e da espécie humana.